

Alteração 1**Eugenia Rodríguez Palop, Leila Chaibi**
em nome do Grupo The Left**Relatório****A9-0050/2024****Dragoș Pîslaru**Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: emprego e prioridades sociais para 2024
(2023/2116(INI))**Proposta de resolução****Considerando R***Proposta de resolução*

R. Considerando que a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento adotou a sua posição sobre as novas regras de governação económica, que substituem o regulamento relativo à supervisão orçamental multilateral, também conhecido como «vertente preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento»; que ***a proposta visa desenvolver regras orçamentais mais credíveis e flexíveis e reforçar as dimensões democrática, social e de investimento deste quadro, designadamente através da aplicação do PEDS e das normas em matéria de segurança e saúde no trabalho;***

Alteração

R. Considerando que a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento adotou a sua posição sobre as novas regras de governação económica, que substituem o regulamento relativo à supervisão orçamental multilateral, também conhecido como «vertente preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento»; que ***isto significa um regresso à austeridade; que estas novas regras implicarão um ajustamento orçamental maciço, irrealista e insustentável, que terá consequências sociais terríveis, uma vez que será aplicado através da redução e degradação dos serviços públicos, da realização de reformas estruturais que comprometem os direitos dos trabalhadores e a proteção social e da continuação do subinvestimento crónico em infraestruturas coletivas e públicas vitais;***

Or. en

Alteração 2

Eugenia Rodríguez Palop, Leila Chaibi
em nome do Grupo The Left

Relatório**A9-0050/2024****Dragoş Pîslaru**

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: emprego e prioridades sociais para 2024
(2023/2116(INI))

Proposta de resolução**N.º 4***Proposta de resolução*

4. Salienta a necessidade de ponderar a melhoria do acesso a emprego de qualidade na sociedade, especialmente para os grupos em maior risco de pobreza e exclusão social, a fim de registar melhorias na conceção de políticas de ativação e inclusão adaptadas; insta a Comissão e os Estados Membros a estudarem as boas práticas das diferentes iniciativas realizadas em toda a UE para dar resposta ao desemprego de longa duração, nomeadamente as iniciativas locais relacionadas com a criação de emprego; sublinha a importância de dedicar especial atenção à geração mais jovem, que ainda enfrenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho, bem como às crianças que estão expostas a um maior risco de pobreza e de exclusão social; insiste, a este respeito, na necessidade de avaliar melhor o impacto das atuais políticas na criação de empregos, na competitividade, no crescimento económico e no desenvolvimento, com o objetivo de reforçar a capacidade dos Estados Membros para promoverem, em simultâneo, uma convergência social e económica ascendente;

Alteração

4. Salienta a necessidade de ponderar a melhoria do acesso a emprego de qualidade na sociedade, especialmente para os grupos em maior risco de pobreza e exclusão social, a fim de registar melhorias na conceção de políticas de ativação e inclusão adaptadas; insta a Comissão e os Estados Membros a estudarem as boas práticas das diferentes iniciativas realizadas em toda a UE para dar resposta ao desemprego de longa duração, nomeadamente as iniciativas locais relacionadas com a criação de emprego ***através da adoção de regimes de garantia de emprego ao nível nacional, com apoio financeiro da UE***; sublinha a importância de dedicar especial atenção à geração mais jovem, que ainda enfrenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho, bem como às crianças que estão expostas a um maior risco de pobreza e de exclusão social; insiste, a este respeito, na necessidade de avaliar melhor o impacto das atuais políticas na criação de empregos, na competitividade, no crescimento económico e no desenvolvimento, com o objetivo de reforçar a capacidade dos Estados Membros para promoverem, em simultâneo, uma convergência social e económica ascendente;

Or. en

AM\1298368PT.docx

PE760.472v01-00

PT

Unida na diversidade

PT

Alteração 3
Eugenia Rodríguez Palop, Leila Chaibi
em nome do Grupo The Left

Relatório

A9-0050/2024

Dragoş Pişlaru

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: emprego e prioridades sociais para 2024
(2023/2116(INI))

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução

Alteração

12. ***Toma nota das*** propostas da Comissão de novos regulamentos no âmbito da revisão do quadro de governação económica de abril de 2023 ***para reforçar a sustentabilidade e a redução da dívida e aumentar o crescimento económico sustentável e inclusivo através do investimento e de reformas, nomeadamente de trajetórias de ajustamento orçamental que permitam o investimento social;*** insta a Comissão a avaliar quais serão as despesas, as reformas e os investimentos necessários para alcançar os objetivos socioeconómicos a longo prazo necessários para cumprir as prioridades comuns da UE definidas ***no quadro de governação económica revisto, bem como os marcos dos planos nacionais de recuperação e resiliência, e a aplicar as recomendações específicas por país, bem como os futuros planos orçamentais estruturais a médio prazo; insta a Comissão a propor um novo sistema de cálculo do défice excessivo com base nessa avaliação, a fim de aumentar a equidade durante as transições ecológica e digital, reforçar a resiliência social e melhorar a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assegurando ao mesmo tempo a sustentabilidade das finanças públicas nos Estados Membros;***

12. ***Lamenta as*** propostas da Comissão de novos regulamentos no âmbito da revisão do quadro de governação económica de abril de 2023; ***condena o regresso da austeridade com as regras orçamentais acordadas na análise da governação económica; alerta para o facto de estas novas regras implicarem um ajustamento orçamental maciço, irrealista e insustentável, que poderá exceder 100 mil milhões de euros no total para os Estados-Membros, a fim de cumprirem os critérios de redução da dívida e do défice impostos; sublinha que, durante um período de quatro anos, os ajustamentos anuais para cumprir os objetivos de redução do défice poderão ascender a 26 mil milhões de euros para a França, 25 mil milhões de euros para a Itália, 14 mil milhões de euros para a Espanha e 11 mil milhões de euros para a Alemanha; salienta que uma redução tão acentuada da despesa pública implicará um aumento do desemprego e terá consequências sociais terríveis, uma vez que será aplicada através da redução e degradação dos serviços públicos, da realização de reformas estruturais que comprometem os direitos dos trabalhadores e a proteção social e da continuação do subinvestimento crónico***

em infraestruturas coletivas e públicas vitais, em consonância com a orientação geral da governação económica da UE até à data; insta a Comissão a avaliar quais serão as despesas, as reformas e os investimentos necessários para alcançar os objetivos socioeconómicos a longo prazo necessários para cumprir as prioridades comuns da UE definidas *pele Pilar Europeu dos Direitos Sociais;*

Or. en